

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE COOPERADOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

LISANDRA COSTA CUNHA¹; MAURÍCIO PINTO DA SILVA²

¹Universidade Federal de Pelota/CIM/Curso de Gestão Ambiental – lisandracosta2003@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental/Orientador – mauriciomercosul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), em seu relatório “Panorama dos Resíduos Sólidos 2022”, a população brasileira gerou durante o ano de 2022 um total de aproximadamente 81,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, o que equivale a 224 mil toneladas diárias (ABRELPE, 2022). Para Ikuta (2010), os resíduos sólidos são considerados um dos grandes problemas das sociedades contemporâneas, onde se manifestam com maior intensidade nas áreas urbanas, onde aumentam os problemas ambientais já existentes e elevam a origem de outros, e é nesse contexto, que a reciclagem surge como uma ação essencial para minimizar os problemas provocados pela alta quantidade de lixo descartado diariamente nas cidades.

Nesse sentido, pesquisar sobre a percepção ambiental de cooperados que atuam em cooperativas, é um tema extremamente relevante devido à sua importância na cadeia de reciclagem e à necessidade de promover uma visão mais ampla e consciente sobre a gestão dos resíduos sólidos. Assim, pergunta-se, qual a percepção ambiental dos cooperados de uma cooperativa de reciclagem no município de Pelotas/RS quanto à reciclagem de resíduos sólidos? Cabe destacar que a atividade desempenhada nas cooperativas é essencial para a economia circular, na qual os materiais descartados são reintroduzidos na cadeia produtiva, evitando o consumo excessivo de recursos naturais. O referido trabalho tem por objetivo geral analisar a percepção ambiental dos cooperados quanto à reciclagem de resíduos sólidos. Assim, este trabalho busca apresentar os estudos desenvolvidos para o trabalho de conclusão de curso, no curso de Gestão Ambiental do Centro de Integração do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas.

2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos, foram definidas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso para a sua elaboração e execução.

A pesquisa bibliográfica abordará temas como Saneamento Ambiental, Resíduos Sólidos, Gestão Ambiental, Cooperativismo, Economia Solidária e Percepção Ambiental. Neste trabalho serão abordados apenas os temas saneamento ambiental, reciclagem e percepção ambiental. Segundo Gil (2017) a pesquisa bibliográfica é realizada com base em materiais já elaborados, composto principalmente de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Ela tem o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema.

A pesquisa documental buscará identificar as políticas públicas local, regional e nacional relacionadas às cooperativas de reciclagem. Conforme Marconi e Lakatos

(2021) a característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Por fim, será realizado um estudo de caso junto a uma cooperativa de reciclagem no município de Pelotas/RS. Para a coleta de dados será utilizada a entrevista, que segundo Marconi e Lakatos (2021) é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

As entrevistas serão direcionadas aos cooperados, de maneira individual e terão como objetivo identificar como os cooperados percebem a importância da reciclagem a partir de suas experiências pessoais e conhecimento prévio. Por fim, cabe destacar que o estudo teve início em junho de 2023 e se estenderá até março de 2024.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Fundação Nacional de Saúde definiu o saneamento ambiental como:

“conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo a salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitário de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural”.

Segundo Miranda et al. (2020) a Organização Mundial da Saúde adotou a ideia de saneamento ambiental, já que não se limitou a considerar como saneamento apenas o tratamento da água e esgoto. Na verdade, trata-se de conceito dinâmico, que deve ser adaptado ao meio ambiente real, estabelecendo-se as características ambientais mínimas que possibilitem uma adequada qualidade de vida. O saneamento é um tema amplo e compreende conceitos relacionados a diversas áreas do conhecimento, como física, química, biologia, engenharias, ciências da saúde, ciências sociais, entre outras. A implantação dos serviços de saneamento garante benefícios à saúde, à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável da sociedade (SANTOS et al., 2021)

No âmbito do saneamento, a gestão de resíduos também se constitui em um enorme desafio. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT –, por meio da NBR 10.004/2004, classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, a fim de que possam ser gerenciados adequadamente. A Lei nº 12.305/2010 é responsável pela instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS –, e representou um marco legal de grande importância para o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos – RSUs. Nesse contexto, a reciclagem ganha destaque quando é pensado na grande quantidade de resíduos sólidos gerados todos os dias, e isso vai se tornando um enorme desafio a ser enfrentado.

Ikuta (2010) afirma que no Brasil, a reciclagem de materiais tem se tornado cada vez mais relevante em diversas áreas, no entanto é evidente que grande parte do seu sucesso econômico na indústria está relacionado à condição precária e informal do trabalho envolvido na catação de resíduos recicláveis, que são utilizados como matéria-prima em diversos processos de produção.

Conforme a lei que institui a Política Nacional de resíduos sólidos, em seu

artigo 3º, do capítulo II das definições, inciso XIV, é definido reciclagem como:

[...] processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

Dentre os objetivos da PNRS expostos no artigo 7º, destacam-se:

- VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis;
- XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, identificar a percepção ambiental de cooperados pode contribuir de forma significativa para o aprimoramento de políticas relacionadas ao tema. De acordo com Chauí (2000), a percepção abrange todos os aspectos de nossa personalidade, nossa história individual, nossos sentimentos e vontades. Em outras palavras, a percepção é uma forma essencial para os seres humanos se relacionarem com o mundo, é uma forma de comunicação e interpretação baseada na estrutura de interações entre nosso corpo e o ambiente. Davidoff (2001), ao tratar a percepção na linha ambiental, reconhece que ela é pré-requisito para alcançar distintos graus de conscientização ambiental. Segundo Braga et al. (2020), a preservação do meio ambiente está intimamente ligada à percepção de integração com o ambiente, ou seja, o sentimento de fazer parte dele. Essa percepção leva a ações que afetam o equilíbrio e a relação entre a sociedade e a natureza. Portanto fica claro o incentivo à reciclagem em diversos segmentos, como o industrial, o público e o social, onde as cooperativas de catadores de materiais recicláveis são responsáveis por parte importante do processo.

4. CONCLUSÕES

Para Magni (2011) os obstáculos ambientais e sociais gerados pelos resíduos e os altos padrões de consumo, frente a opção pela reciclagem, as cooperativas de catadores, formadas por indivíduos socialmente excluídos, ganham intensa relevância, ao colocarem esses cooperados na figura de verdadeiros agentes ambientais. De acordo com Dias et al. (2016), a percepção ambiental seria como uma “ferramenta” de defesa do meio natural, e auxilia na relação do homem com a natureza. Nesse sentido, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para a nossa melhor compreensão das inter-relações, expectativas, desejos, satisfações e insatisfações, julgamentos e comportamentos entre as pessoas e o seu ambiente.

Apesar da sua importância, eles podem enfrentar diversas dificuldades e desafios diários que afetam sua percepção ambiental. Muitos são vulneráveis socialmente, vivendo em condições precárias e sofrendo com a falta de reconhecimento e apoio governamental, e essa falta de valorização pode levar à desmotivação e a uma percepção limitada do impacto ambiental de suas ações. A percepção ambiental de um cooperado não se restringe apenas a sua atuação direta na reciclagem, mas também a uma visão mais ampla da importância da conservação

do meio ambiente. Ao compreender a relação entre a coleta seletiva e a preservação dos recursos naturais, os cooperados podem se tornar defensores e multiplicadores de uma visão sustentável, influenciando positivamente a sociedade como um todo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. **NBR 10004: resíduos sólidos - classificação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABRELPE - Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

BRAGA, Waleska Reali de Oliveira; JUNIOR, Sérgio Silva Braga; DA SILVA, Dirceu. **Pelo amor ou pela dor: a percepção ambiental de estudantes universitários brasileiros**. Revista Expectativa, 2020. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/23823>>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DAVIDOFF, L.F. **Introdução à psicologia**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2001.

DIAS, Leonice Seolin; LEAL, Antonio Cezar; JUNIOR, Salvador Carpi. **Educação Ambiental: conceitos, metodologias e práticas**. 1. ed. São Paulo: ANAP, 2016.

GIL, A. C. **Livro Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

IKUTA, Flávia Akemi. **Resíduos Sólidos Urbanos no Pontal do Paranapanema - SP: inovações e desafios na coleta seletiva e organização de catadores**. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

MAGNI, Ana Amélia Calaça. **Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MIRANDA, João. et al. **Estudos de Direito do Saneamento**. Lisboa: CJP/CIDP, 2020. Ebook. ISBN 978-989-8722-44-7. Disponível em: <https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_direito_do_saneamento_icjp_2020.pdf>. Acesso: 26 de agosto de 2023.